



1 **Secretaria de Estado da Família, Justiça e Trabalho – SEJUF**
2 **Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente**
3 **CEDCA/PR**
4 **Reunião Extraordinária**
5 **17 de março de 2020**
6

7 No dia dezessete de março de 2020, o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente –
8 CEDCA/PR, se reuniu extraordinariamente na sala de gestão, do 7º andar, do Palácio das Araucárias,
9 sito à rua Jacy Loureiro de Campos, s/n °, Bairro Centro Cívico, em Curitiba – Paraná, com a
10 **participação dos seguintes conselheiros/as:** Débora Cristina dos Reis Costa (Associação
11 Paranaense de Cultura – APC), Márcia Gonçalves Valim Paiva (Instituto Leonardo Murialdo), Elenice D.
12 Valerio (AMOA), Thiago Alberto Aparecido (APAE de Maringá), Sheila B. Meneghette (Associação dos
13 Amigos do Hospital de Clínicas da Universidade Estadual Federal do Paraná), Rodrigo Silva Bonfim
14 (Associação Hospitalar de Proteção a Infância Dr. Raul Carneiro), Adriano Roberto dos Santos
15 (Associação Antônio e Marcos Cavanis), Jose Wilson de Souza (Instituto de Apoio a Adoção de Crianças
16 e Adolescentes Trilhas do Afeto), Maria Tereza Chaves (Associação de Portadores de Fissura
17 Labiopalatal), Ires Damian Scuzziato (Centro Beneficente de Educação Infantil Ledi Mass Lions), Sandra
18 Cristina Ferreira (SETI), **Presidente – Ângela Christianne Lunedo de Mendonça (SEJUF/DPCA),**
19 Priscila de Albuquerque Maranhão Polati Veiga (suplente SEJUF/DPCA), Marcela Divair M. Evangelista
20 (SEJUF/GOFS), Adriane Isabelle M. de Melo (SEEC), David Antônio Pancotti (SEJUF/DEASE), Regina
21 Bley (SEJUD/DEDIF), Sérgio Tadeu Monteiro de Almeida (suplente – SEJUF/DEDIF) e Lucimeia Swiech
22 (SESP). **Colaboradores:** Dra. Danielle Cristine Cavali Tuoto (CAOP/MP), Bruno Muller (Defensoria
23 Pública) e Demian B. Bertozzi (Departamento de Justiça). **1. Abertura:** A presidente, Ângela Christianne
24 Lunedo de Mendonça (SEJUF/DPCA), agradeceu a presença de todos/as, repassando os assuntos da
25 pauta a serem apreciados: 1- Informe da Promotoria de Justiça – Programa AFAI e investigações
26 em andamento; 2- Relatório de atividades e prestação de contas 2019 (continuidade) 3 - Revisão
27 das Deliberações e Saldos. **Pauta Aprovada.** Antes das discussões, a Promotora de Justiça, Dra.
28 Danielle Tuoto, contextualizou, principalmente aos conselheiros novos do colegiado, o
29 encaminhamento formal realizado pela 3ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude –
30 Adolescentes em Conflito com a Lei – MP/PR, por meio da Recomendação Administrativa



31 001/2020, que se refere ao Programa à Família do Adolescente Internado – AFAI. Ressaltando
32 que o conselho é autônomo, soberano e delibera sobre políticas públicas, assim, citou a
33 importância da seriedade nos gastos públicos, com o estabelecimento de prioridades dos gastos,
34 pois os recursos da infância não podem ser destinados a programas já financiados por outros
35 órgãos, por outras instâncias. No MP/PR não poderia ser diferente, por que ao mesmo tempo em
36 que há a preocupação com a política pública, também existe a preocupação com a efetividade do
37 gasto público para a obtenção dos melhores resultados. Expressou que o MP/PR sempre estará à
38 disposição do colegiado para um trabalho em parceria, principalmente referente às dificuldades
39 que o conselho tiver com relação à retirada de valores do FIA, citando a ação expressa que
40 ocorreu nos anos anteriores, o que resultou na recomposição do valor de R\$ 360.000,000.
41 Solicita-se sempre a boa compreensão do gestor público, pois o dinheiro do fundo da infância não
42 faz parte do orçamento do Estado. Sempre houve uma conversa extensa no CEDCA, onde os
43 conselheiros novos podem inclusive resgatar as atas antigas para se contextualizem sobre o
44 acompanhamento realizado ao Programa de Atenção às Famílias dos Adolescentes Internados –
45 AFAI. Um programa criado em 2012 pelo Governo do Estado do Paraná, onde desde esse ano se
46 fala em cofinanciamento, mas o MP/PR entende que só existe o financiamento realizado por este
47 conselho, que repassa recursos aos municípios para a execução do programa. Existe a discussão
48 dos recursos do AFAI e de vários outros programas, como Família Paranaense e de outros
49 programas que se intercalam, bem como o papel do CEDCA em financiar tudo isso. Foi discutida
50 também a sobreposição de recursos, onde uma mesma família pode ser beneficiada por até 6 ou
51 7 programas do Estado, gerando distorções nítidas, porque o Conselho não tem mecanismo de
52 controle. O AFAI começou a ser repassado antes da criação do sistema Fundo a Fundo, por
53 convênios, por meio do envio de Planos de Ação. E em 2017, o sistema como é organizado hoje
54 surgiu por meio de uma Lei Estadual que estabelece a questão do Sistema Estadual, formalizando
55 o modelo do repasse chamado fundo a fundo, ou seja, do Estadual para o Fundo Municipal.
56 Assim, o AFAI funciona por meio do Fundo Estadual que repassa para o Fundo Municipal, que faz
57 a execução/ gasto. E diante das irregularidades que se ouviu e viu neste plenário por participar
58 das reuniões, acompanhando as deliberações e as prestações de contas, o MP/PR instaurou
59 através da 3ª Promotoria de Curitiba, onde o referido Inquérito Civil Público, busca investigar
60 irregularidades. A primeira requisição de documentos a Secretaria já gerou 25 volumes de 05 mil



61 páginas de documentos enviados para a auditoria. Tudo foi submetido a uma auditoria do MP/PR,
62 que solicitou mais documentos. A secretaria enviou mais 05 mil páginas. Então, não é algo
63 leviano, baseado em achismo, destacou a Promotora, mas algo baseado nas evidências.
64 Atualmente são fiscalizados 04 unidades socioeducativas de Curitiba, entre elas o Joana Richa,
65 que é a única do Estado. Em razão disso, a promotora ressaltou que tem contato com os
66 adolescentes e seus familiares de todo o Estado. Fiscalização iniciada desde 2013, onde, o que
67 chamou a atenção foi ver os recursos sendo deliberados pelo CEDCA para o AFAI, porém nunca
68 se deparou com famílias sendo atendidas pelo programa. Em razão disso, se instaurou a
69 investigação. O programa é do Estado, que foi submetido à aprovação do colegiado, mas os
70 recursos são do FIA. Se existe indícios de irregularidades, é preciso que o conselho aprecie. Por
71 isso, o MP/PR pediu a pauta. Não é o MP/PR que vai dizer o que o Conselho tem que fazer, pois
72 o colegiado tem autonomia, porém, o MP/PR tem a função legal de trazer a informação ao
73 colegiado. Foi dentro dessa lógica que foi feita a solicitação à secretaria, onde o programa de
74 Compliance da SEJUF fez um relatório que já foi encaminhado aos conselheiros para análise. O
75 conselho não pode continuar repassando recursos para um programa que sabidamente é
76 ineficiente é ineficaz. Assim, é preciso pensar em formas muito mais baratas de atendimento, que
77 possuam rendimentos qualitativos. O inquérito civil público vai continuar, as pessoas serão
78 ouvidas e as investigações terão andamento, mas o conselho tem uma participação fundamental
79 nessa história. Por isso, o documento já foi entregue formalmente a presidente Ângela, contendo
80 recomendações que o MP/PR entende que este colegiado pode tomar desde então. De todos os
81 documentos que foram produzidos, o MP/PR chegou à conclusão de que as coisas precisam ser
82 alteradas. Não só pelo conselho, mas também por toda a recém chegada nova gestão do
83 governo do Paraná, onde em uma primeira reunião realizada, foram expostas as suspeitas. Assim,
84 o secretário prontamente se colocou a disposição para a realização de um trabalho de verificação.
85 O que tem que ficar claro, esclareceu a promotora, é que se está propondo uma nova forma de
86 trabalhar, onde o CEDCA deve ser responsável pelos gastos e controlar o recurso do FIA. É
87 preciso pensar junto como criar mecanismos de controle para gastar o recurso com políticas
88 efetivas, ainda mais por está ocorrendo diminuição na arrecadação do fundo. Organizando os
89 trabalhos, a presidente Ângela propôs a apresentação do relatório pelo Sr. Demian Bianchi
90 Bertozzi, do Departamento de Justiça, para posterior leitura das recomendações do MP/PR. Com



91 a palavra, o Sr. Demian agradeceu a oportunidade de estar no CEDCA/PR, e ressaltou a
92 contextualização muito bem feita realizada pela Dra. Danielle. Informou que trabalha juntamente
93 com o Doutor Felipe Hayashi (Diretor do Departamento de Justiça, que integra o Núcleo de
94 Integridade do Compliance), e é servidor de carreira da Controladoria Geral da União. Foi
95 requisitado para trabalhar na equipe para fortalecer o processo de auditoria do controle interno da
96 SEJUF. Onde, assim que o departamento se estabeleceu, o MP/PR enviou uma apuração do
97 Programa AFAI, em virtude do Inquérito Civil Público instaurado. Expressou que esse trabalho de
98 levantamento de fluxo futuramente será estendido para outros programas do governo, onde se
99 tenta aperfeiçoar os gastos públicos. No relatório, como se chama no Compliance, se fortalece a
100 primeira e a segunda Linha de Defesa que são os controles internos. Isso não é exclusivo do
101 Estado do PR, é uma característica da administração pública em geral, onde se tem que confiar
102 muito no controle externo. A presidente Angela apresentou o Dr. Felipe ao colegiado, ressaltando
103 que quando a Dr. Danielle manifestou a preocupação com a questão do AFAI, a mesma na
104 condição de vice-presidente representando a SEJUF, solicitou em reunião plenária uma reunião
105 com o secretário, onde, a partir desse momento, se iniciou o procedimento interno de
106 averiguação, inclusive com o Coronel Pancotti, que tem uma relação com o AFAI, e que também
107 prestou depoimento. Em seguida, o Dr. Felipe Hayashi se apresentou informando que é Delegado
108 da Polícia Federal cedido ao Estado, e que logo após a reunião da Dra. Angela, com o secretário
109 da SEJUF, o Sr. Ney Leprevost, que solicitou providências, foi verificado o andamento do Inquérito
110 Civil Público, e que haveria necessidade de se realizar uma apuração interna, já que há o
111 entendimento de que o gestor público tem o dever de apurar qualquer fato que possa se
112 configurar como ilícito dentro da administração pública. Dr. Felipe Hayashi informou que o
113 encaminhamento e a abertura interna da apuração iniciaram-se em junho de 2019, desde o início
114 autorizado pela nova administração da SEJUF. Explicou sobre o processo das linhas de defesa,
115 onde a 1º é operacional, a 2º é do controle interno e a 3º envolve auditoria, com falhas no
116 controle, precisando ter aprimoramento nos mecanismos que envolvem os gastos públicos. Esse
117 trabalho não atribui culpa, é um trabalho que foca na verificação do controle, não faz um processo
118 disciplinar, verifica-se mediante a auditoria como estava sendo feito e funcionando o programa,
119 para correção de rumos. É um trabalho de suma importância para a melhoria da gestão, onde o
120 foco é sempre o interesse público para melhorar a aplicação dos recursos obtendo maior benefício



121 social. O plano de integridade envolve, portanto, o mapeamento dos riscos, onde às vezes o
122 gestor se depara com um problema e não sabe o tamanho do mesmo, se é pequeno, isolado, se
123 envolve um setor ou uma corporação. A gestão de risco é conhecer o problema, detectar e corrigir,
124 sempre em prol do interesse público. Dr. Hayashi agradeceu a abertura no colegiado e passou a
125 palavra ao auditor da Controladoria da União, Sr. Demian, para a realização da apresentação do
126 relatório. Com a palavra novamente, o Sr. Demian ressaltou que o trabalho tem a função de
127 levantar falhas específicas do programa, é complementar ao trabalho do MP/PR, que faz um
128 trabalho mais apurativo e investigativo, e que os dois se complementam. A equipe está olhando
129 para o futuro, tentando aprimorar as ações, para que isso não volte a acontecer. Foi projetada em
130 tela a apresentação em slides, contendo as seguintes principais informações (*ver apresentação*
131 *na integra, disponível no site do Cedca/PR*). As etapas do Diagnóstico: trabalho realizado em 02
132 etapas, a primeira foi realizada internamente com base em sua maior parte nos documentos já
133 fornecidos anteriormente pelo ministério público, e alguns coletados durante o levantamento dos
134 dados. Foi feito um pré-diagnóstico para preparação do que poderia ser encontrado em campo
135 durante as viagens aos municípios beneficiados. A segunda etapa constituiu em viagens e a
136 aplicação de questionários. Toda essa verificação foi realizada de acordo com as normas de
137 auditoria internacionais que são utilizadas na Controladoria para tentar verificar exatamente a
138 eficiência do gasto público, se o dinheiro está chegando às famílias e se o programa está
139 atingindo os objetivos. Então, para análise do diagnóstico, foi feita uma verificação das prestações
140 de contas (documentos disponibilizados pelo MP/PR), antes da saída a campo. Demian
141 agradeceu a Dra. Danielle e o Dr. Carlos pelo relatório de auditoria feito anteriormente,
142 ressaltando que a motivação da abertura do trabalho, foi o inquérito civil público. O foco do
143 trabalho foi para o exercício de 2017 e 2018, pois em 2019 não tinha acesso às prestações de
144 contas, o trabalho foi realizado praticamente sozinho devido à limitação de recursos humanos,
145 sendo que a base legal da auditoria foi o Decreto 10455, referente à obrigação do dono do
146 dinheiro também controlar a execução do recurso, e não ficar somente confiando em quem o
147 recebeu. Expressou que a legislação exige que o repassador também tenha a obrigação de
148 controlar a execução desse recurso. Seguindo os slides, Demian apresentou o sumário do que foi
149 feito em 2017, com a seguinte informação: 25 municípios receberam recurso, sendo R\$
150 2.436.000,00 recursos previstos – meta geral de 378 famílias atendidas); e 2018 (67 municípios



151 receberam o recurso, sendo R\$ 3.3336.000,00 – meta geral de 341 famílias atendidas) pelo AFAI,
152 com um montante de recursos e de municípios que foram beneficiados. Incluindo a meta geral das
153 famílias que deveriam ter sido atendidas nesse período, dados estes, retirados do sistema de
154 acompanhamento do programa Família Paranaense, e das deliberações do CEDCA referentes ao
155 AFAI. O auditor explicou sobre as instâncias de controle do PFP, informando que o AFAI é uma
156 modalidade de adesão ao programa Família Paranaense, citando os comitês regionais municipais,
157 o sistema de acompanhando das famílias, onde foram localizadas muitas falhas nessas instâncias
158 de controle. Sobre o sistema de acompanhamento das Famílias, Demian explicou que o
159 procedimento do sistema informatizado possibilita o gerenciamento da entrada de inúmeras
160 informações, porém o mesmo não está sendo utilizado em todo o seu potencial, podendo ser
161 usado de forma mais interessante, com a utilização de mais critérios, inclusive para o
162 apontamento de falhas. Ele tem problemas de segurança e de fidedignidade das informações,
163 pois os municípios alimentam o sistema do que jeito que bem entendem, assim, dessa forma, o
164 Estado e nem o CEDCA tem como comprovar a veracidade das informações. Informou que está
165 finalizando um plano de providências contendo recomendações, e uma das recomendações é que
166 seja criado um grupo de trabalho para aperfeiçoar esse sistema. Segundo a unidade técnica do
167 Família Paranaense, existe um contrato aberto com uma empresa de informática, assim pode-se
168 aproveitar esse contrato para a realização dessas tarefas de aperfeiçoamento, para melhorar esse
169 sistema, melhorar a forma de gerenciamento, servindo, assim, como forma de controle. O sistema
170 serve como gerenciamento, mas o registro de informações não é muito confiável. Demian explicou
171 que foi realizada uma amostra direcionada em virtude do pouco tempo disponível para a
172 realização do trabalho. Dessa maneira, foram escolhidos os municípios que apresentaram indícios
173 de irregularidade e denúncias. Seguindo a apresentação, o auditor citou a situação dos municípios
174 que no sistema do Família Paranaense não apresentavam reuniões dos comitês locais e a
175 descaracterização dos objetivos do programa, sendo que a questão da execução e da prestação
176 de contas, são um dos pontos mais críticos. Apresentando o fluxograma detalhado do
177 procedimento da prestação de contas, Demian enfatizou que a análise deste processo possui
178 muitas falhas, por que uma grande parte depende do parecer emitido pelo CMDCAs, assim, por
179 estes não possuírem capacitação técnica, ou por diversos outros fatores, inclusive também por
180 não possuírem apoio de contadores (seja um profissional cedido pela gestão ou por uma entidade



181 não governamental), não haveria como confiar inteiramente no parecer emitido. Com relação à
182 parte da prestação de contas que envolvem a conciliação bancária do relatório de execução físico-
183 financeira, processo este avaliado pelo GOFIS, foram encontradas algumas falhas, porém estas
184 são fáceis de serem resolvidas, portanto a análise do GOFIS é satisfatória. Destacando a
185 necessidade mesmo do fortalecimento da parte física da execução do programa. A parte física de
186 atingimento de metas e de adequação de despesa, do que foi comprado, de como foi gasto,
187 daquele recurso ser realmente disponibilizado e direcionado para as famílias. Todas essas
188 informações acabam sendo condensadas em uma aprovação pelo CMDCA, que aprova com um
189 “OK”. Eles utilizam um modelo de documento que está disponível nas deliberações do CEDCA, de
190 apenas de marcação de “X”. Têm-se cinco campos para a marcação da prestação de contas. Isso
191 não é uma prestação de contas confiável, não traz segurança para o CEDCA aprovar ou não o
192 documento. Não foi visto nenhum caso de reprovação, somente aprovação com ressalva, em cima
193 de uma aprovação que não é confiável. Então, do fluxo desse processo, essa é a questão mais
194 grave, que deve ser analisada pelo colegiado, para se tentar corrigir processos futuros. Ainda
195 sobre os achados da auditoria, Demian citou a deficiência na atuação dos comitês municipais que
196 são formados pelos gestores municipais e pelos representantes dos CREAS que acompanham a
197 parte técnica da execução do AFAI, diferente dos conselhos municipais que deveriam fazer em
198 tese o acompanhamento da parte contábil e financeira. Porém, o grande problema é que os
199 comitês não estão funcionando nos municípios. Essa não é uma questão muito difícil de ser
200 corrigida, ela depende inteiramente da secretaria e da unidade técnica, mas causou grande parte
201 das falhas relacionadas à descaracterização dos objetivos iniciais e originais do AFAI. O programa
202 foi criado para atender as famílias dos adolescentes internados, e começaram a ser
203 descentralizados recursos para os municípios, que tiveram dificuldades de atender as metas por
204 uma série de fatores. Alguns reclamam que a meta estava muito alta, e que as informações que
205 estavam recebendo sobre o número de adolescentes internados não batiam com a realidade.
206 Nesse momento, para que os municípios não tivessem que devolver os recursos, pela
207 Deliberação 081/2013 do CEDCA, houve uma expansão do público alvo. O que descaracterizou o
208 programa que se iniciou para atender as famílias dos adolescentes internados, mas a partir
209 daquele momento, os recursos poderiam ser aplicados também para as famílias dos adolescentes
210 que cumpriam medida socioeducativa, na modalidade liberdade assistida e prestação de serviços



211 à comunidade. O problema não foram essas expansões, pois geralmente o adolescente que já
212 esteve internado progride para uma dessas modalidades da prestação de medidas
213 socioeducativas. O problema foi a expansão para o atendimento de famílias com adolescentes em
214 situação de risco e violação de direitos. Apontou que isso foi o que descaracterizou totalmente o
215 programa, pois é um caráter subjetivo, onde qualquer família de situação vulnerabilidade social
216 que possui um adolescente em uma região geográfica mal atendida pelos serviços públicos, está
217 em risco de violação de direitos. Podendo aplicar esse recurso quase que praticamente para
218 qualquer família, assim, Demian destacou que os próprios municípios criticaram o programa AFAI,
219 que exige toda uma tramitação burocrática para atender famílias, que na verdade já eram
220 atendidas pelo PAIF e PAEFI, fazendo assim, dois controles separados. Assim, a recomendação e
221 sugestão da auditoria é que o CEDCA restrinja novamente o AFAI, para que se possa realmente
222 atingir o objetivo inicial do programa, para que o mesmo possa trazer um benefício às famílias. O
223 ideal é que o repasse dos recursos fosse novamente restrito às famílias dos adolescentes
224 internados, ou no máximo em cumprimento de medidas socioeducativas. Com relação às muitas
225 falhas já citadas, Demian cita que a culpa não é exclusiva da secretaria ou da unidade técnica, a
226 culpa também é dos municípios, às vezes por falta de tempo, ou simplesmente porque estes
227 precisam cumprir uma meta referente aos atendimentos dos programas que se sobrepõem.
228 Sugeriu-se a organização de um grupo de trabalho de técnicos para pensar na transformação do
229 sistema de acompanhamento, em um sistema realmente mais efetivo, informatizado de controle.
230 Com relação à ausência de comprovação efetiva do atingimento das metas físicas e dos objetivos
231 do AFAI, Demian ressaltou novamente sobre o modelo do documento da prestação de contas e as
232 informações do sistema de acompanhamento das famílias, citando que nenhuns dos dois
233 processos são confiáveis. Assim, ele explicou que não se pode ter comprovação da não
234 realização da execução do programa pelos municípios, ou que o recurso está sendo desviado,
235 mas que não existem modos fidedignos de informações, e que a SEJUF atualmente não tem o
236 controle. Todo o direcionamento do trabalho desenvolvido pelo Departamento de Justiça visa o
237 aprimoramento dos controles, para que no futuro se possa ter segurança e certeza de que o
238 programa AFAI está sendo ou não bem executado no município, porque se possuem mecanismos,
239 ferramentas de comprovação e controle. Mecanismos para dar controle e segurança à gestão, à
240 unidade técnica e ao CEDCA. O auditor solicitou aos conselheiros que durante a leitura do



241 relatório se atentem ao principal objetivo do trabalho, que é a melhoria do controle, e que ele, ao
242 indicar as falhas, não pensa em punição, pois a intenção não é parar ou desmontar o programa, é
243 continuá-lo de uma forma que se possa realmente atingir os objetivos iniciais. E reforça a
244 necessidade de eliminação de qualquer sobreposição de programas, pois é preciso aperfeiçoar a
245 utilização dos recursos públicos, pois uma família atendida por dois programas de governo com o
246 mesmo objetivo é desperdício de recurso. A segunda etapa do trabalho se trata das visitas aos
247 municípios, onde para a escolha dos mesmos utilizou-se os seguintes critérios: recebimento do
248 recurso nos anos de 2017, 2018 e 2019, a planilha de criticidade do MP/PR e inoperância dos
249 Comitês (segundo o sistema de acompanhamento de famílias). Foram 04 Escritórios Regionais
250 (Curitiba, Umuarama, Toledo e Foz do Iguaçu) e 07 municípios (Colombo, Fazenda Rio Grande,
251 Campo Largo, Iporã, Assis Chateaubriand, Foz do Iguaçu e Santa Terezinha de Itaipu, totalizando
252 R\$ 1.332.000,00 de recursos repassados. Um dos fatos observados com relação aos ERs é que
253 alguns não possuem nenhuma condição de realizar o acompanhamento adequado aos municípios
254 de referência por falta de equipe. Registrou que não foi visto nenhum ERs sem comprometimento,
255 e sim sem condições de trabalho. Assim, é preciso melhorar essa situação e padronizar a atuação
256 dos técnicos dos ERs, principalmente no que diz respeito à realização das visitas nos municípios e
257 no processo da análise das prestações de contas, porque atualmente os mesmos possuem
258 simplesmente uma “função cartorial”. É preciso, ele salientou pensar em ações mais ativas e
259 efetivas do ERs, voltadas para o controle. Ressaltou também a atuação do CEDCA junto aos
260 CMDCAs e aos ERs para a realização de capacitações na área das prestações de contas, para
261 que a informação chegue à unidade técnica do programa com mais qualidade, e não naquele
262 formato padrão burocratizado. Citou o fato de que os CMDCAs não possuem preparo técnico para
263 a realização das prestações de contas, e da importância do gestor dar apoio para a contratação
264 de um consultor, como aconteceu em um município, e do risco do gestor municipal apoiar
265 diretamente o colegiado nessa ação, pois a análise da prestação poderá ser induzida conforme a
266 intenção do mesmo. O auditor enfatizou que o Estado possui uma culpa solidária, pois deixou o
267 município realizar a execução por conta, não realizando o controle efetivo; por isso seria preciso
268 pensar no desenvolvimento de um Sistema de Controle mais efetivo. Com relação à análise das
269 visitas realizadas aos municípios (amostra aleatória), Demian citou os seguintes fatos: no
270 município de Colombo tem um CREAs específico para o atendimento de adolescentes em



271 cumprimento a medida socioeducativa, a equipe é comprometida, tendo alcançado avaliação
272 positiva com relação a execução do AFAI. O município de Fazenda Rio Grande se deparou com
273 uma situação bem duvidosa: a população insatisfeita com o atendimento, alguns equipamentos
274 não foram encontrados na hora da visita, porém os comitês e os colegiados estavam em
275 funcionamento. Complementando a informação, a Dra. Danielle informou que o município entrou
276 na lista do MP/PR, em razão de nunca terem visto um adolescente atendido, e ao entrar em
277 contato com o CREAS do município para a viabilização de um encaminhamento, obtiveram a
278 informação de que a família poderia ser encaminhada, o que seria bom, porque os mesmos
279 estavam precisando justificar o uso do automóvel. Sobre o município de Campo Largo, os
280 mesmos receberam o recurso em Dezembro de 2017 e até o momento executaram 3,46% do
281 recurso, com a justificativa das mudanças na gestão. Como o prazo para a execução termina em
282 Dezembro de 2020 e existe uma Lei que disciplina a execução mínima de 30% a cada período de
283 prestação de contas, tem-se por inadmissível que o município não devolva o recurso. São essas
284 situações que a SEJUF e o CEDCA precisam ter maior controle, apontou. Pois se o município não
285 tem condições de executar o recurso, o dinheiro precisa ser direcionado a outro que possua o
286 interesse. O município de Ibiporã possui uma situação mais agravante com indícios de desvio de
287 recursos, assim, o MP/PR terá que investigar a fundo o caso. No CREAs notou-se que os
288 funcionários estão fazendo o possível para a realização de um bom atendimento as famílias,
289 porém os mesmos não possuem controle no recebimento dos materiais. E no momento da visita o
290 prefeito e o gestor de finanças estavam saindo da cadeia da Polícia Federal, devido o
291 envolvimento com corrupção e desvio de recursos, com os documentos apreendidos pelo GAECO.
292 Ainda sobre essa situação da ampliação do público alvo do programa, o auditor citou que, no
293 município de Iporã foi enviada uma lista de 21 adolescentes internados, porém o município que
294 não tem 20 mil habitantes, possuía na época no máximo 7 ou 8 adolescentes. Muitos na lista já
295 eram adultos casados, outros tinham morrido ou estavam presos. Então, diante da constatação do
296 envio das informações mandadas aos municípios, supõe-se que talvez esse seja o motivo da
297 ampliação do público alvo do AFAI aprovado em 2013. Então, o auditor sugere que seja
298 restringido novamente o público alvo do AFAI, e que se tenha maior atenção aos dados e às
299 metas estabelecidas aos municípios. Do município de Foz do Iguaçu, o auditor informou que os
300 problemas decorrem principalmente devido ao tamanho e da peculiaridade do local, que não tem



301 comitê ativo, o que não é uma falha muito grave, é fácil de ser resolvida. A coordenadora do
302 CREAS, apesar da desorganização do almoxarifado, encontrou todos os equipamentos, porém a
303 equipe durante a busca se deparou que pagou e não recebeu uma peça da persiana. Apesar da
304 amostra referente à quantidade das famílias visitadas serem menos representativa, as que foram
305 visitadas indicaram o atendimento sendo como satisfatório. Porém, a própria coordenadora do
306 CREAS falou que a busca ativa por famílias estava paralisada devido à falta de recursos
307 humanos, e citou também a sobreposição dos programas AFAI e PAEFI. A inoperância dos
308 comitês é algo muito fácil de ser resolvido, porque essa ação pode ser feita em parceria com os
309 municípios, sem dispêndio de recursos financeiros e recursos humanos. Sobre a capacitação dos
310 conselhos municipais, essa ação pode ser realizada pelo Estado via videoconferência, ou ainda os
311 municípios que possuem maior condição financeira podem contratar um contador independente
312 para realizar a prestação de contas, ou ainda uma entidade da sociedade civil pode ceder tal
313 funcionário ao colegiado. Em relação ao município de Assis Chateaubriand, de acordo com o
314 auditor, o atendimento foi bastante elogiado, porém a questão das compras serem realizadas pela
315 prefeitura para todas as secretarias dificultam o controle, tornando inconfiável a regularidade nas
316 licitações assim como verificado em Iporã. Quanto à Santa Terezinha de Itaipu, Demian afirmou
317 tratar de exemplo de boa gestão, fato de o município ter bastantes recursos advindos da
318 hidrelétrica de Itaipu, com apresentação adequada de prestação de contas e bom atendimento,
319 embora tenha-se reclamado a ampliação do mesmo, sendo solicitado a restrição do AFAI somente
320 à adolescentes internados. Em seguida, a Presidente do CEDCA/PR, Ângela Mendonça, solicitou
321 ao auditor que encaminhasse a apresentação utilizada para que seja anexada à ata, bem como
322 indicou que a Doutora Daniele, em conformidade com suas convicções e com base no relatório
323 apresentado, elabore recomendações e encaminhe, junto ao TAC, à SEJUF. Com a palavra, a
324 Doutora Daniele (MP/PR) indica que, diante do Inquérito Civil Público, das auditorias realizadas
325 pelo Ministério Público, bem como pelo relatório elaborado pela própria SEJUF, o Ministério
326 Público tem duas posições a serem tomadas. A primeira no sentido de enfrentamento, com
327 judicialização responsabilizando quem de direito deva responder por possíveis desvios. A
328 segunda, por sua vez, tratando da política pública em si, uma recomendação administrativa no
329 sentido de revisão de deliberações referentes ao repasse de recursos do Fundo da Infância ao
330 Programa AFAI a fim de que sejam aplicados os recursos, apenas, e tão somente, no atendimento



331 direto de famílias com adolescentes em cumprimento de medidas de internação, regime de
332 semiliberdade ou egressos, restaurando a finalidade inicial do programa. Que não se autorize a
333 utilização dos recursos do programa para aquisição de equipamentos, bens móveis ou imóveis,
334 que atendam mais de uma política pública. Que o CEDCA/PR deixe de repassar recursos ao
335 programa AFAI até que sejam revistas as deliberações ou reformulado o programa. Sendo que se
336 solicita informações quanto às medidas tomadas, no prazo de trinta dias. Esclareceu, por fim, que
337 em reunião com Diretor Geral da SEJUF, decidiu-se pela celebração do Termo de Ajuste e
338 Conduta – TAC, do Ministério Público com a Secretaria para que esta se comprometa a criar novo
339 programa, bem como realizar auditorias nos demais programas do Família Paranaense. A
340 Conselheira Íris Damian Scuzziato (Centro de Educação Infantil Ledi Mass Lion) indicou que,
341 quando à época da implantação do AFAI, atuava em Toledo como gestora pública no município e
342 que houve grande pressão político partidária para acesso dos municípios no programa Família
343 Paranaense, ainda que a equipe de técnicos tenha afirmado se tratar de sobreposição de
344 programas. Assim, ressalta a necessidade de atenção aos municípios quanto à possibilidade de
345 compromisso com novos programas, no tangente a recursos humanos principalmente. A
346 Conselheira Débora Cristina dos Reis (Associação Paranaense de Cultura) agradeceu o trabalho
347 realizado em auditoria, salientando que na primeira deliberação do AFAI houve questionamento
348 quanto à sobreposição de programas, afastado por votação vencida. Indicou preocupação quanto
349 a forma de prestações de contas indicadas pelo auditor, bem como o financiamento internacional
350 ao programa. Questionando se, além do AFAI, quais outros programas têm recursos advindos do
351 BID e do FIA simultaneamente, e como é a composição destes recursos. Afirmou que a Câmara
352 do FIA deve retomar processos, bem como acatar as recomendações do Ministério Público. O
353 auditor Demian informou então que não abordou a questão do BID na auditoria. A conselheira
354 Débora sugere encaminhamento de pedido de informações à Secretaria quanto aos
355 questionamentos. A coordenadora do programa Paraná Seguro - BID, Maiara de Almeida Abreu,
356 esclareceu que o FIA não consta no contrato do BID como contrapartida e que foi apresentado ao
357 CEDCA em 2017 às ações do contrato. A presidente Ângela indicou os **seguintes**
358 **encaminhamentos**: envio de ofício à coordenação do programa Família Paranaense e outro ao
359 GOFS para esclarecimento se houve indicativo do FIA. Ainda, encaminhamento por deliberação
360 do conselho para reiterar que qualquer indicação de recursos do FIA para fins de contrato,



361 convênios, transferência e outros como contrapartida, deve ter a expressa manifestação do
362 CEDCA. A conselheira pontuou que na época da aprovação da deliberação do AFAI, alguns
363 municípios questionaram a sobreposição dos programas, inclusive porque alguns não haviam
364 realizado a adesão ao Programa Família Paranaense. Assim, o próprio colegiado sugeriu a
365 emissão de uma orientação técnica para auxiliar os gestores municipais sobre a forma de
366 execução do programa. E para que o assunto seja apreciado na câmara do FIA, seria preciso
367 entender quais as competências, os fluxos, ajustes, lembrando que o trabalho do CEDCA deve ser
368 integrado em todas as câmaras. O Doutor Bruno Muller, defensor público, apresentou contraponto
369 à recomendação do Ministério Público entendendo que a suspensão do repasse de recursos ao
370 programa causará impactos extremamente negativos às pessoas que necessitam do atendimento,
371 apesar dos problemas apresentados pelo auditor. A Doutora Daniele esclareceu que a
372 recomendação é no sentido do não repasse de novos recursos ao AFAI, não que se altere o que
373 já foi repassado, questão esta que deverá ser deliberada pelo colegiado futuramente. A Presidente
374 Ângela apresentou, então, o seguinte **encaminhamento** para levantamento em relação ao AFAI:
375 envio de ofício a SEJUF (coordenação do Programa Família Paranaense) solicitando as seguintes
376 informações: - quais municípios aderiram ao programa e não receberam recursos; quais aderiram
377 e receberam o recurso, mas não o utilizaram; quais aderiram, receberam e gastaram, mas tem
378 pendências formais; e quais municípios aderiram, receberam, gastaram e estão formalmente
379 adequados devendo apresentar a efetividade pedagógica, indicadores de qualidade no
380 atendimento direto das famílias. Indicou ainda elaboração de relatório do repasse de recursos por
381 município ao invés de ser por programa, visando esclarecer se há sobreposição de programas ou
382 disparidade de repasse entre municípios com iguais demandas. Ressaltando que em um prazo de
383 30 dias é possível dar condições aos municípios se regularizarem, pensando em ações e
384 manifestações preventivas. Ângela complementou informando que a sua preocupação enquanto
385 militante na área da infância é se questionar se todo o processo de repasse de todos os
386 programas é ineficiente. A mesma ressaltou que não. O que se teria no momento é uma
387 comprovação técnica de uma auditoria realizada indicando problemas reais. Então, em relação ao
388 AFAI se podem expandir medidas no âmbito do executivo e do próprio CEDCA, para ampliação do
389 nível de eficiência. A realização desse diagnóstico dará auxílio ao CEDCA para decidir as
390 melhores estratégias conforme a situação de cada município. E que é prudente a recomendação



391 do MP/PR de não ter novos repasses. Sobre o plano de ação, seria preciso verificar e visualizar a
392 situação dos repasses dos recursos por município, como por exemplo, quais programas são
393 repassados ao município de Curitiba. A Conselheira Scheila B. de Meneguette (Amigos do HC)
394 ressaltou que enquanto sociedade civil o acesso do recurso ao FIA se dá pelo Banco de Projetos,
395 sendo o método da prestação de contas realizado pelo SIT. Assim, a mesma questionou como que
396 os municípios realizam esse processo, qual é a diferença entre as ferramentas, e se existe
397 critérios mínimos para a adesão aos programas. A conselheira Marcela Evangelista (GOFES)
398 explicou que o SIT é utilizado para a transferência voluntária, onde é exigido o plano de aplicação,
399 apresentação de notas fiscais e alguns documentos referentes à licitação (quando houverem),
400 além da exigência do Tribunal de Contas da realização da avaliação bimestral. Por isso foi
401 adotado o sistema fundo a fundo, devido ao tempo exigido e aplicação de multas quanto ao não
402 cumprimento deste, além dos gastos realizados fora do plano de aplicação. O conselheiro Rodrigo
403 prosseguiu dizendo que o programa precisa de melhorias, assim com a auditoria, apesar de
404 adequada, não aponta dificuldades para todos os repasses fundo a fundo, sendo os mesmos
405 atores, mecanismos e afins. Por fim, sugeriu que se esclareça e documente a relação entre o BID
406 e FIA, um estudo ampliado dos apontamentos para os municípios, avaliação da continuidade do
407 programa na hipótese de haver interrupções de novas deliberações e, por fim, da questão de
408 previsão de compras de bens para políticas e equipamentos complementares. A conselheira
409 rememorou a sinalização, afinal, que ao se mencionar a operacionalização deve-se apontar neste
410 sentido também para o próprio conselho, a fim de que se revejam as estruturas. Dessa forma,
411 definiu-se o encaminhamento de equipe para o departamento de Política pra Criança, equipe para
412 o GOFES, para o CEDCA e equipe para o Escritório Regional. A Presidente registrou também a
413 importância da impessoalidade das equipes técnicas que fazem o suporte ao Conselho, inclusive
414 propondo que no próximo processo licitatório seja aberta vaga, dentro edital, específica para
415 técnicos do Conselho – destinados neste, a fim de obter um acompanhamento perene. Expressiu-
416 se a necessidade de que se tenha um mínimo de representação governamental, a fim de que não
417 se interrompam os processos mantendo os gestores da política. A Presidente propôs, nesse
418 sentido, encaminhamento à ESEDH que apresente uma proposta de qualificação dos Conselhos
419 Municipais de Direitos que pode ser permanente, levando o conselheiro a participar de uma base
420 pedagógica fundamental, do qual a Dra. Regina expôs que a Escola de Educação de Direitos



421 deve ser a base de construção. Ângela prosseguiu, apresentando, em relação à recomendação do
422 Ministério Público, que haverá 30 (trinta) dias para que o conselho manifeste-se a respeito dela,
423 com 5 quesitos indicados pela Dra. Daniela; propôs, assim, que não se encaminhe uma resposta
424 inicial de imediato, posto o tempo previsto para tal, mas que se organize uma representação por
425 câmara para compor um estudo acerca do que é indicado. A priori, considerando a questão em
426 torno do covid-19 e suas implicações, solicitou uma prorrogação para a solicitação de pelo menos
427 60 (sessenta) dias. As representações serão definidas na reunião das Câmaras, sendo atribuição
428 de cada câmara pautar o assunto e encaminhar sua representação. O conselheiro complementou
429 que ao ler a resolução 03, de 2010, que expressa as ações que o CEDCA deve realizar com
430 relação ao FIA e às ações que ele pratica, conclui que não se está diante de uma terra arrasada,
431 mas, antes, que se deve tomar medidas lá constatadas para que se possa corrigi-las. Indicou
432 também a necessidade de que se estude a resolução, pois esta estabelece uma parceria entre o
433 Poder Executivo e o próprio CEDCA e FIA na execução dos trabalhos que constam nas
434 resoluções a partir do gestor do FIA, acomodando a problemática da falta de pessoal na
435 elaboração de novos concursos públicos. **Relatório de Atividades de Prestação de Contas**
436 **2019:** continuidade do relatório iniciado na reunião em Fevereiro no auditório Mario Lobo. A
437 técnica Marcela expôs que na primeira parte do relatório discutiu-se muito mais acerca da
438 Socioeducação, do qual se obteve o as atividades de maneira resumida. Tendo o relatório já sido
439 enviado posteriormente aos conselheiros, a técnica sugeriu que a relatoria dê-se com uma
440 pequena leitura da introdução, exprimindo das questões referentes ao conselho, e que as áreas
441 façam um breve resumo do que colocaram, abrindo, após, às dúvidas e questionamentos do
442 colegiado. Marcela, logo, apresentou que a SEJUF é responsável pela formação e implementação
443 de diretrizes e políticas que busquem garantir os direitos fundamentais à justiça, à cidadania, à
444 dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho e à assistência social, visando a
445 superação da condição de vulnerabilidade social e a melhoria da qualidade de vida em diversas
446 áreas. A nova configuração organizacional está sendo consolidada após a reestruturação
447 administrativa de maio de 2019, a qual busca promoveu a junção das atribuições, competências e
448 estruturas da Secretaria de Estado e da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos e da Secretaria de
449 Estado da Família e Desenvolvimento Social, criando, então, a SEJUF, que passou a atuar de
450 forma plural no âmbito de 9 (nove) grandes políticas: a justiça, cidadania e direitos humanos,



451 proteção, defesa, educação e orientação ao consumidor, sistema de atendimentos
452 socioeducativos, política de trabalho, emprego e renda , política estadual de assistência social,
453 política estadual de defesa dos direitos da criança e do adolescente, política estadual para
454 promoção dos direitos e inclusão da pessoa com deficiência, política estadual de defesa dos
455 direitos da mulher e política estadual dos direitos do idoso. Neste contexto, e visando fortalecer
456 as políticas de justiça e garantia de direitos, a SEJUF contribui para a constituição de comitês,
457 conselhos e outras instâncias deliberativas, promovendo o diálogo em espaços democrático para
458 garantir a participação da Sociedade Civil, tendo vinculados às suas estruturas os conselhos de
459 direitos colegiados. Nesse sentido, a SEJUF atua na elaboração de políticas que promovam a
460 preservação dos direitos humanos essenciais e a garantia das liberdades individuais e coletivas: a
461 defesa dos direitos LGBT+, a defesa dos direitos de migrantes e refugiados, povo indígenas e
462 comunidades tradicionais, população em situação de rua, enfrentamento ao tráfico de pessoas,
463 defesas dos direitos da mulher, da pessoa idosa, da pessoa com deficiência, proteção e defesa do
464 consumidor e a proteção às vítimas testemunhas ameaçadas de morte – independente de raça,
465 cor, etnia, origem, gênero, idade, orientação sexual, orientação religiosa a partir da interlocução
466 com a já supracitada Sociedade Civil organizada, contribuindo para a justiça social e
467 principalmente reconhecendo o poder transformador de uma família saudável. Para tal, a SEJUF
468 desenvolve o fortalecimento das políticas públicas integrando as ações, otimizando os recursos
469 financeiros disponíveis, fortalecendo a gestão dos municípios paranaenses e ampliando qualidade
470 do atendimento ao cidadão. Além da estrutura central da SEJUF, a atuação está descentralizada
471 por meio dos 22 (vinte e dois) Escritórios Regionais que assessoram os 399 (trezentos e noventa
472 e nove) municípios. Toda a estrutura da SEJUF consta na íntegra no site:
473 <http://www.justica.pr.gov.br/>. Garantindo a transparência e o controle social, a SEJUF manteve a
474 regularidade das reuniões do CEDCA tendo realizado ao longo do ano 11 (onze) reunião
475 ordinárias e 8 (oito) extraordinárias, sendo realizada ainda a reunião ampliada e descentralizada
476 com a participação dos Escritórios Regionais no município de Foz do Iguaçu nos dias 18, 19 e 20
477 de setembro de 2019, com aproximadamente 100 (cem) pessoas. Com os resultados obtidos a
478 partir da realização de um conjunto de ações nos municípios, no estado do Paraná, de forma
479 articulada com outros órgãos estaduais e com abordagem intersetorial, a SEJUF reafirma a sua
480 liderança no esforço pela promoção social e pela melhoria das condições de vida da Criança e do



481 Adolescente e suas famílias, visando a diminuição da extrema pobreza e possibilitando a
482 superação das vulnerabilidades sociais e as efetivações dos direitos. Sobre o termo de
483 ajustamento de conduta, o TAC, apontou que em 2016 fora formalizado entre o Estado e o MP-
484 PR, cujo objeto era a recomposição integral dos valores aos FIA do montante de
485 R\$340.000.000,00 corrigidos pelo INPC em quatro parcelas anuais, sendo a primeira parcela
486 restituída ao FIA com a forma de conta correntes específica na data de 30 de setembro da
487 seguinte forma: fora descontado o que havia sido pago até aquele momento, dos recursos já
488 empenhados, chegando a R\$12.721.716,08 e foi devolvido R\$72.278.383,92. A correção à época
489 do INPC ficou em R\$4.402.570,44, sendo depositado em 30/09/2016 R\$76.680.854,36. Já em
490 2017, a parcela referente ao exercício foi depositada mensalmente em todos os dias 10 dos
491 meses de fevereiro a dezembro compondo saldo da seguinte forma: no exercício seguinte foi
492 solicitado pela SEPA um aditivo ao MP-PR pois não havia a condição de em janeiro ter uma
493 receita de R\$85.000.000,00 para fazer esse depósito, então foi acordado que seria feito, então,
494 em 11 parcelas de fevereiro até o mês de dezembro. Em 2018., aconteceu o mesmo processo
495 provindo de um novo acordo entre o MP-PR e a SEFA, atingindo mais parcelas, de fevereiro a
496 dezembro, compondo o saldo da composição da mesma forma. Agora, em 2019, que seria o
497 último exercício da última parcela, também fora realizado o mesmo combinado e a parcela foi
498 devolvida mensalmente assim como corrigida de acordo com INPC. Logo, durante o exercício de
499 2019, já movimentando a conta do TAC, empenhando na fonte 150 e executando dentro dessa
500 conta. Assim, ao final de 2019, o saldo atual em Conta Corrente em 31/12/2019 é de
501 R\$289.626.489,61. A técnica elucidou que esse recurso tem uma diferença no valor de
502 R\$42.084,25, identificada na conciliação bancária, refere-se ao pagamento de fornecedores e
503 impostos que foram pagos nos últimos dias de dezembro. O TAC fora encerrado e o último
504 pagamento foi realizado no mês de dezembro, cumprido na sua integralidade. Os extratos,
505 exprimiui, foram enviados junto à documentação aos conselheiros. Marcela disse que ao realizar
506 uma revisão do TAC naquilo que se tem de recursos empenhados e o que se tem de recursos
507 disponíveis, obtém-se um valor de R\$269.000.000,00 desconsiderando os R\$42.084,25. O valor
508 de deliberações totais reservadas de R\$194.000.000,00. Logo, o valor subtraído, tendo em vista
509 as deliberações mais demais custos, têm-se livre de superávit para debate R\$60.000.000,00, fora
510 do plano de ação. A técnica ainda exprimiui crer que a receita do fundo da pobreza girará em torno



511 de R\$300.000.000,00 a R\$400.000.000,00. De qualquer forma, haverá o plano de ação para tratar
512 mais o superávit para deliberar. A conselheira expressou que o TAC encerrou sem problemas,
513 contudo o procedimento que o acompanha ainda não fora finalizado por conta de estrutura do MP-
514 PR, do qual será encaminhado o pedido de que realiza contas, confira se os valores de correção
515 estão corretos a fim de dar os valores como quitados a fim de se possa encerrá-los.
516 Prosseguindo, a técnica Marcela apresentou o Banco de Projetos, do qual se formalizou os termos
517 de fomento com organizações da Sociedade Civil que receberam recursos de doações dirigidas
518 por meio do banco de projetos do FIA, que é a deliberação 15/2008 que fora alterada pela
519 50/2017. Assim, no exercício de 2019 empenhou-se um valor total de R\$14.544.367,67 para as
520 seis instituições: ACRICA, Associação Hospital de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro (dois
521 empenhos), Associação Ícaro Marcolin, Instituto Andres Kasper e o Pequeno Cotelengo, exibindo
522 em plenária o valor empenhado e o valor pago, sendo R\$1.930.326,91 pago em 2019, ficando
523 com um RP de R\$12.614.040,66; no exercício de 2020 encontra-se em vias de pagamento o RP:
524 do Instituto Pequeno Príncipe e da Associação Ícaro Marcolin. A presidente expressou a necessidade
525 de se aprimorar a deliberação 50/2017, a fim de que não se perca os processos com lacunas e a
526 fim de aperfeiçoar a maneira que se lida com as questões do ponto de vista técnico; nesse
527 sentido, a técnica do banco de projetos, Juliana, relatou que o banco de projetos tem suas
528 delicadezas dentro da atuação na DPCA, com grande demanda, e percebe que acaba não
529 atribuindo o peso necessário nas análises técnicas quando solicitadas, visto que o conselho
530 encontra debilidade de enxergar todas as nuances do projeto nas avaliações que se realiza. Logo,
531 requereu cuidado neste sentido a fim de não haver inclusões de bancos que deixam de ser
532 recursos públicos. Para isso, propôs a formulação de uma equipe de apoio ao CEDCA que
533 fomente a análise na DPCA, com mais gente para auxiliar dentro do banco de projetos e que
534 quando as questões sejam introduzidas no conselho, que se atente para as proporções do recurso
535 dentro dos planos de aplicação, já quando se traz as questões pra dentro do Conselho averigua-
536 se a maior necessidade de observação das proporções do recurso dentro dos planos de
537 aplicação, e por mais que se cumpra a lógica, que cumpra o deliberado, o que é apenas dentro
538 dos orçamentos muitas vezes encontra-se fora da realidade da maioria dos projetos que se
539 aprova. Do Departamento da Política da Criança e do Adolescente, a conselheira Ângela
540 apresentou a equipe técnica do departamento na pessoa da coordenadora Pitty, que começa com



541 o item 1-Plano Decenal, onde relatou a luta mensal que o Departamento está tendo em resgatar
542 todo o histórico do monitoramento da avaliação das metas e das ações. Expressou que continuam
543 ainda com este quadro perante o comitê gestor, que tomou algumas decisões e que talvez
544 facilitem o resgate histórico do ano de 2018 e 2019, enquanto monitoramento, e que sentou junto
545 com os colegas Rodrigo e Denise, dos quais agora estarão também à frente do monitoramento do
546 plano decenal junto com o departamento. Dessa maneira, conseguiu-se entender um pouquinho
547 mais do que tinha sido feito até então, que existia uma dificuldade de entendimento dos relatórios
548 que foram apresentados, até que ano que fora apresentado, resgatado e entendido com detalhes.
549 Mas na própria câmara de políticas, na reunião que acontecerá na quarta-feira, levou-se mais
550 detalhes em plenária. Dessa maneira, Denise relatou que estaria fazendo um estudo dos
551 documentos que encontrou na pasta da CPCA, e que com urgência precisaria que todas as
552 secretarias, todos os órgãos que têm metas dentro do plano decenal, preenchessem o quanto
553 antes todos os relatórios e todos os documentos pendentes que precisam ser preenchidos, já
554 que sem essas informações não há como fazer os relatórios. Logo, faz-se de suma importância
555 que cada secretaria tenha um representante formal no comitê gestor do plano decenal, e veja com
556 o seu órgão de origem qual seria a maneira mais fácil de resgatar os dados do ano de 2018 e
557 2019 que estão pendentes, sendo que tem pendências também no monitoramento do plano.
558 Neste momento, a Presidente relatou aos conselheiros o porquê da escolha da Denise para este
559 trabalho, informou que por sua competência e por ser funcionária de carreira conseguirá dar
560 continuidade ao trabalho, haja vista as possíveis composições da secretária uma vez que poderá
561 trocar de secretário, mas a base do trabalho continuará, e desde já agradeceu a Denise. A
562 coordenadora Pity deu continuidade, e informou que o que consta no relatório é mais ou menos o
563 trabalho que foi realizado em 2019, por isso a dificuldade enquanto o entendimento de todas as
564 mudanças. O Conselheiro Rodrigo explicou que tem dois pontos importantes que aconteceram
565 em 2019 que mereceriam estar registrados se a DPCA entendesse que cabe, considerando que o
566 relatório é da DPCA e não do CEDCA, mas que se fez um esforço como conselho ou como comitê
567 interinstitucional pra tentar alinhar a avaliação do plano decenal com o PPA, o que não constou,
568 mas que não se conseguiu avançar em função inclusive da falta de representantes regulares, da
569 falta de indicação de membros. O conselheiro Rodrigo explicou ainda que a preocupação dele
570 está no corte temporal do relatório, porque a Yvy entraria agora em 2020, mas o relatório de 2019



571 não é fechado. A Presidente expressou que houve também uma maturidade de perceber que as
572 metas também precisam ser revistas da forma instrumental, precisaria ser reconstruído, porque
573 ele é exaustivo, ele é cansativo, e não traz respostas que se precisa para planejar a política da
574 Criança e do Adolescente, então, tecnicamente também foi um ano pra revisão, para
575 aprimoramento e a secretaria de planejamento pode ser uma grande parceira nessa elaboração e
576 revisão do plano decenal. Adiante, no próximo Item, o DNA, o técnico Eduardo começou
577 cumprimentando a todos e aludindo sua fala referente ao programa de análise e investigação de
578 paternidade por meio de DNA, que é um trabalho desta coordenação a qual ele está à frente,
579 onde foi disponibilizado anos atrás um recurso do CEDCA inclusive, do FIA, tesouro, para a
580 construção de um laboratório de DNA, construção e equipamentos lá na UEL, e até então nunca
581 foi ativado. O programa ficou apenas a parte do polimorfismo ativado, enquanto a parte de exame
582 de DNA não. Esse exame de DNA seria oriundo do Tribunal de Justiça, aqueles casos de
583 investigação de paternidade com justiça gratuita, e o histórico que há é que não estaria sendo
584 realizado desde 2018. Em paralelo a isso, o laboratório da UEL não estava funcionando, e
585 empresas foram licitadas para realização destes exames; contudo, aconteceu que as empresas
586 não realizaram. Logo, tentou-se realizar uma nova contratação e acabou deflagrando na
587 necessidade de pensar na estratégia mais válida, que é ativar o laboratório da UEL. Diante disso,
588 debruçou-se sobre o assunto, e logo se foi buscar históricos, onde se percebeu a possibilidade e o
589 por que de não ter acontecido na UEL, justificado pela falta de pessoas técnicas. A partir disso,
590 iniciou-se o trabalho. Foram reuniões na casa civil para conseguir esta parte técnica, a qual
591 procura viabilização para se por em prática. Os participantes seriam a SESA, o Ministério Público,
592 Tribunal de Justiça, Fundação Araucária a UEL a COSEM, que são os conselhos municipais de
593 saúde, onde os principais envolvidos são os que se está querendo fazer a logística em fase final.
594 O conselheiro Thiago relatou que se esteve em uma reunião descentralizada em Londrina e
595 poder-se-á ver o projeto funcionando em loco. Expressou que em uma das situações que
596 aconteceram na época ele estava lá, elucidando que não foi nem a questão de recursos humanos
597 para desenvolver o projeto, foi uma questão legal, e esbarrou na coleta do material lá na origem,
598 pela questão de deslocamento e pela ineficiência desta coleta, porque muitas vezes acontecia a
599 coleta, mas quando chegava o material lá eles não conseguiam aproveitar. Então, apontou que
600 teria que ser repensado nessa logística primeiro, além da questão legal. A conselheira Ângela



601 informou que naquele tempo tinha equipe da UEL para fazer os exames, que hoje não tem mais, e
602 que tiveram que buscar recursos para contratar esses profissionais, a qual foi alcançada em
603 parceria da SETI com a Fundação Araucária. Apontou que o segundo nó crítico é que quem
604 coleta, quem transporta e quem deixa tudo isso em tempo pra UEL realizar o exame,
605 exemplificando que não poderia ser feito pelo correio por conta da segurança jurídica. Elucidou
606 que no primeiro termo de cooperação não tinha previsão dos conselhos dos secretários
607 municipais de saúde, o que se resolveu com os conselhos municipais de saúde. Logo, expressiu
608 que no caso de se agendar por região e cada município, onde tem a demanda na Comarca, seria
609 o município que iria fazer a coleta na audiência, e que esta é a última fase do procedimento,
610 levando para a UEL fazer o exame, justamente onde houve o entrave. O técnico Eduardo
611 explicitou que o problema técnico de que a coleta ao chegar não fosse não existe mais, já que o
612 material usado não é mais o mesmo. O técnico informou a respeito das deliberações 52 e 88
613 dizendo estão ok para pagamento e que estão apenas dependendo das certidões RCPF para
614 prosseguir. Elucidou que foi um trabalho feito em janeiro e fevereiro em que se conseguiu resgatar
615 juntos aos municípios e fazer um bom trabalho. A presidente complementou que eram 5
616 municípios no final de 2019 e que agora zero no início de 2020. **Item 1.4:** A técnica Denise falou da
617 política de enfrentamento a violência. Relatou sobre a campanha Não Engula o Choro, que o
618 CEDCA deliberou 120 mil reais que foram 60 mil cartazes 30 mil cartilhas e 1000 flyers. Dos 60 mil
619 cartazes e das 30 mil cartilhas, grande parte foram para SEED, tendo já sido distribuídos.
620 Também se distribuiu para SESP, outras secretarias e outros órgãos. Houve um impulsionamento
621 nas redes sociais entre outubro e novembro, sendo no Google, no Facebook e no Instagram.
622 Expressiu que ainda há material para trabalhar, de cartazes e cartilhas, ainda com alguns flyers que
623 se utilizou na operação verão, na operação Carnaval, nas mobilizações. A reutilização dos
624 materiais, seja o que há de material físico ou disponível no site, também foi repassado aos
625 Escritórios Regionais. A técnica também relatou outras realizações, como por exemplo, o
626 seminário de consolidação em prática sem rede e um debate sobre a Lei 13.431. O seminário foi
627 em setembro na CELEPAR e a capacidade foi para 200 pessoas. O seminário teve a presença
628 dos membros das 22 comissões regionais e, principalmente da SEJUF, da SEED, da SESA e
629 demais atores também do sistema de garantia de direitos. Teve-se a participação do TJ do MP da
630 Defensoria Pública de organizações da sociedade civil, inclusive palestrando no seminário. Após



631 esse seminário, houve a reunião ampliada do GT da Criança e do Adolescente, que é outra ação
632 coordenada pelo departamento da criança dentro do núcleo da paz; então, em 2019 se reuniram 4
633 vezes, sendo a última vez uma reunião ampliada onde se pode ter a participação de 72 canais
634 que se reuniram dentro do seu grupo das próprias comissões. Todas as 22 comissões regionais
635 apresentaram seus pontos positivos, seus desafios para 2020. Informou também a realização do o
636 seminário infância segura nos municípios de Ibaiti e Marialva. O de Ibaiti aconteceu no mês de
637 junho de 2019, contou com a participação de cerca de 60 municípios e 400 participantes. O
638 evento teve o apoio da associação dos conselheiros tutelares da região. Em Marialva realizou-se
639 o evento no início de setembro, que contou com cerca de 35 municípios e 300 participantes.
640 Também se obteve o apoio da associação dos conselheiros tutelares da região e o nome do
641 seminário era Infância Segura. Nos municípios, governo e sociedade articulados em rede para
642 proteção integral da Criança e do Adolescente com intuito de fortalecer a rede de proteção e levar
643 realmente a pauta da Fortes nessa questão do engajamento entre os atores para fortalecer a
644 política. Também se recebeu a oficina de monitoramento dos planos e ações de enfrentamento a
645 violência sexual contra a criança o Adolescente. O evento aconteceu em junho e foi realizado
646 pelo CEDCA Rio de Janeiro. Uma organização da sociedade civil foi contratada para realizar as
647 oficinas em todo Brasil e contou com cerca de 50 participantes integralmente, ou quase todos
648 integrantes das comissões regionais de enfrentamento a violência. A deliberação 51, que é de
649 enfrentamento a violência, solicitou a Salete que repasse os dados e, pra finalizar, exibiu a
650 deliberação 84, que foi do final do ano. A deliberação foi para fortalecimento dos conselhos
651 municipais dos direitos da Criança e do Adolescente, que perdurou até o final do ano. Assim,
652 expressou que na próxima reunião apresentará os dados atualizados do número de adesão dos
653 Municípios. O conselheiro Rodrigo informou, com relação à deliberação 84, que é o item 1.13, na
654 versão do relatório novo com o pagamento em 2019 de R\$ 1.285.200,00 mil; valor total de
655 deliberação R\$3.982.000,00 já tendo sido pagos. E lembrou, com referência às pessoas pela
656 manhã, que fundo a fundo não significa execução. Adiante, a técnica Salete abordou a
657 deliberação 51 de 2016, que é o fortalecimento de atendimento as crianças e adolescentes
658 vítimas de diversas formas de violência e os autores de violência. Expressou que em 2019 o
659 recurso foi transferido para os 30 municípios que faltava, sendo repassado o valor de R\$
660 266.352,00, sobrando R\$299.984,00 relativos a 31 municípios que não aderiram a esta



661 deliberação. Logo, em 2019 foi encerrada a deliberação 51. Foram listados e documentados todos
662 os municípios todos que receberam deliberação desde 2018. Adiante, apresentou a deliberação
663 109 de prevenção ao uso, abuso e transição a dependência de álcool e outras drogas destinadas
664 a criança e adolescentes e suas famílias. Em 2019, esses recursos foram repassados para 13
665 municípios; somados os valores de 2018 e 2019, o total é de R\$ 2.525.00,00. Para 2020
666 permanece ainda 11 municípios para o repasse do recurso, totalizando o valor de R\$1.388,750,00.
667 Há pendência de resposta do município de Rio Negro, que é o último que foi chamado dentro
668 desta lista. O prazo dado para tal município vai até o final de março. Nesta deliberação estava
669 prevista a capacitação dos programas ELO, Estamos Juntos e Família Forte para os municípios
670 que aderiram. Quando foi feito esse relatório, não havia ainda acontecido então a capacitação que
671 ocorreu em fevereiro, depois do dia 17 ao dia 20, para 17 municípios dessa deliberação. Logo, a
672 coordenadora Pity acrescentou que o que tem que ficar registrado nesse relatório, referente a
673 2019, são as tratativas de fazer essa capacitação com município, com a Secretaria Municipal de
674 Saúde, com a Secretaria Estadual de Saúde, que por várias se tentou e não se conseguiu por
675 questão de agenda. Expressou que teve o compromisso das técnicas da Secretaria Municipal de
676 Saúde que eram aptas a fazer a capacitação e acabaram não realizando, logo, acarretando em
677 imprevistos no ano de 2019; mas explanou que já se conseguiu avançar as pendências para o
678 ano de 2020. A Presidente acrescentou que fica uma reflexão pro Conselho, porque esta
679 capacitação ficou vinculada na deliberação ao programa da saúde existente na época; então, não
680 era qualquer capacitação. Logo, poderia chamar o melhor especialista dentro dessa metodologia
681 que ainda se encontraria dificuldade de cumprir o quesito de legalidade da deliberação. Explicitou
682 que quando coloca ELO e #Estamos Juntos tem que se complementar que é uma metodologia
683 específica. O conselheiro Rodrigo reforçou que se tenha preocupações, que seja uma opção
684 ofertista, já que não é uma percepção de demandas baseada em dado. Exprimiu que já se citou
685 mais de uma vez a questão da política partidária, mas ao mesmo tempo a necessidade de ter
686 essa preocupação de vincular com programas que existiam, a fim de que tenham convergência e
687 consistência nos esforços. Comentou ainda que a deliberação de 2017, não terminada em 2020 e
688 em 2018, teve 7municípios, sendo 22% de adesão, que não significa execução. Em 2019 foram
689 13, chegando a 40%, que melhorou bastante, mas em 2020 são 11 municípios, chegando 34%
690 do número de municípios. Ângela acrescentou dizendo que é muito importante a questão da



691 drogadição na adolescência. A presidente expressou que a equipe de saúde do município é quem
692 faz o trabalho dentro dos SENCE por esses programas, só que eles foram capacitados pelo
693 Governo Federal. Expressou que o conselho também recebeu na coordenação este canal de
694 denúncia 181, que é da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Administração Penitenciária
695 do Paraná, por onde se recebe as denúncias de violações dos direitos de criança e adolescentes.
696 Expôs que no ano de 2019 foram registradas 1665 denúncias; deste total, 595 de violência de
697 violência física, 80 de violência psicológica e moral, 429 de violência sexual, 344 de negligência e
698 abandono e 71 de trabalho infantil, isso só no Estado do Paraná e apenas números providos de
699 denúncias. A técnica Juliana falou que dentro da coordenação, talvez o que tenha mais perto do
700 trabalho em termos de execução de meta, seja a anotação aos conselheiros tutelares, já que
701 todos os dias atende-se muitos conselhos tutelares, seja por conta dos CIPIA, seja por conta da
702 emissão dos RCPFS, seja por conta de dúvidas nos procedimentos de atendimento, e muitas
703 vezes por conta da deliberação 107 de 2017, que nasce do momento em que o conselho resolve
704 reeditar a deliberação, que entre outras coisas permitia que os conselhos tutelares comprassem
705 carro para aqueles que não tinham. Acontece que no meio de uma coisa e outra, conseguiu-se
706 publicar a deliberação até desse repasse de recurso. Logo, muitos municípios receberam recursos
707 de emenda parlamentar ou, outras vezes, receberam inclusive o próprio carro já comprado. Assim,
708 expressou que o conselho tem toda sorte de questionamento acerca da destinação do carro da
709 107, desde os movimentos que tem nos conselhos municipais, do Conselho Tutelar dizer que
710 quer ficar com os dois carros do CMDCA, dizer que não precisa, do CMDCA dizer que precisa e o
711 conselho achar que não precisa etc. Tem toda a sorte de encaminhamento, observando a posição
712 de análise técnica, pois a perspectiva é fortalecer o CMDCA, preservando cada importância no
713 sistema de garantias de direitos. Então, com relação à questão da 107, informou que há cerca de
714 11 processos que não se conseguiu pagar, com a necessidade de reemitir as RCPFs e os
715 atestados de regularidade de conselho. Plano e fundo vencem em 31 de dezembro, logo, está-se
716 reemitindo com a dificuldade, diante do fato de que esse ano teve a posse dos novos conselheiros
717 tutelares; tem-se muito pouco documento e o ato que norteia a posse do conselho tutelar é uma
718 ata do CMDCA. Contudo, expressou que o que não se pode aceitar é não possuir um documento
719 assinado pelo prefeito, por um conselho, por conta deste documento não ser um padrão. Expressou
720 ainda a questões das obras, das construções das sedes de Conselho Tutelar, tendo em vista que



721 no ano passado a conseguiu-se no meio do ano inaugurar em Marialva, Mandirituba e Campo
722 Magro, andando bem na construção. Das demais obras, relatou que convidou o pessoal de
723 engenharia e arquitetura. Dentro dessas 28 obras ainda na época da SESA, as prefeituras
724 encaminharam toda documentação técnica relativa aos terrenos que foram indicados para a
725 construção dos conselhos tutelares. A maioria desses documentos com o tempo perde a sua
726 validade, então se está assumindo a verificação destas documentações, solicitando aos
727 municípios a atualização. Em reunião com o departamento municipalização e com o
728 departamento, foi relatada uma prioridade de 15 dos 28 para dar-se início a essa nova verificação.
729 E dentro desses 15, 5 já se está com a documentação verificada, sendo dois deles Maringá e
730 Campo Mourão. Iniciou-se o processo pronto para contratação dos projetos, como foi definida em
731 reunião junto com a Paraná Edificações, que é quem vai licitar os projetos que se licitaria em
732 grupo de 5, a fim de uma agilidade maior em um custo menor por lotes. Contudo, explicitou, não
733 significa que nessas cinco, para o caso de não haver sucesso que são as cinco que tem problema
734 não, pois elas são por lotes e podem ser contratadas uma a uma. Após solicitação, a técnica fala o
735 nome dos 5 primeiros, que são: Prudentópolis, Campo Largo, Maringá, Fazenda Rio Grande e
736 Campo Mourão; desse 5, estão completos e prontos para a gente poder licitar a fase de projetos é
737 Maringá e Campo Mourão. Prudentópolis, Campo Largo e Fazenda Rio Grande ainda não
738 completaram a documentação. Assim, aguarda-se para reunir essas 5 enquanto se visita também
739 todos os terrenos. Solicitou-se também a documentação de Imbituva, São Mateus do Sul e
740 Guarapuava. Ao todo são 10 visitados, apesar das dificuldades de documentação e ainda a de
741 analisa os termos de ajuste da Paraná Edificações, que solicita que o termo de ajuste com os
742 municípios estejam vigentes. Registrou que se avalia também capacidade de operacionalização
743 da gestão, já que o estado só vai começa a executar na hora que estiver tudo certo na parte de
744 terreno e documento. A conselheira Maria Tereza questionou de que forma a técnica de obras
745 elegeu que estes municípios seriam os primeiros e não quem está no fim da lista, mas com a
746 documentação toda em dia. A técnica informou que nenhum município está com a documentação
747 em dia. Acerca da resposta de alguns municípios, a técnica relatou que ela e sua equipe fazem
748 visita ao terreno, fazem o relatório, encaminham um ofício ao Prefeito, dão um prazo ao prefeito
749 para que aquela documentação venha e a partir daí a começam a cobrar, mas infelizmente não
750 encontram retorno, com os prefeitos inclusive não deixando a informação chegar nos conselhos



751 municipais para não serem pressionados. Diante disso, o conselheiro Rodrigo propõe que se dê
752 um ultimato com cópia da situação atual da construção para alguns órgãos e instituições aqui e
753 que se possa, então, se for o caso realmente dizer a certos municípios que eles não irão receber e
754 que o processo vai continuar com municípios que têm essa demanda e que precisam. A técnica
755 Juliana, afinal, elucidou que os municípios que foram primeiro contemplados seguem a ordem
756 cronológica de quando os foram chegando os documentos em 2017. A técnica também sugere
757 que se solicite a Paraná Edificações sinceridade na medida em que se for encaminhando esses
758 documentos, porque se sabe que, da mesma forma que foi discutido com todos os outros
759 departamentos, a equipe do Paraná Edificações realmente tem pernas curtas como as demais, a
760 fim também de fazer um uso racional inclusive do recurso do município, para não gastar fazendo
761 um documento que não vamos usar; logo, de sua e perspectiva técnica do departamento, que se
762 tenha a garantia da Paraná Edificações de que este ano consiga licitar todas. A presidente sugeriu
763 que se tenha uma deliberação do CEDCA endereçada a esse órgão, solicitando que trate dessas
764 agilizações, com assinatura conjunta do representante do Ministério Público no CEDCA, para que
765 se tenha peso e realmente seja atribuída prioridade. A técnica de obras expressou acreditar que
766 encaminhando a documentação correta os processos caminhem. A técnica Olivia ressaltou que a
767 cobrança é proveniente desse papel de cobrar efetividade, eficiência e o bom uso do recurso, mas
768 com relação à demora concorda que conselho que não pode esperar, mas que talvez se necessite
769 fazer como fez com os SENCES, em que se chamou para reunião todos, desde ATA, Ministério
770 Público, PREDI, e fez uma força tarefa para eles conseguirem todos os projetos; indicou também
771 a possibilidade de envio do Promotor local para que ele tome a devida providência com relação
772 ao seu município. O conselheiro Rodrigo pronunciou-se que quando se realiza uma deliberação
773 ou um ofício, é fundamental fazer um registro, mas que se tem tido experiência ineficaz de envio
774 de ofício com resposta apenas meses depois; logo, esse ofício precisa ser entregue em mãos em
775 uma reunião com todos os envolvidos, para se verificar qual a situação atual e o que se precisa
776 fazer para cada um dos casos. Com isso, a presidente interrompeu informando que tem um
777 encaminhamento concreto com uma reunião no dia seguinte ao da reunião às 09h30hrs. A
778 técnica Olivia complementou confirmando a reunião na PREDI com pauta em todas as áreas, de
779 sócio-educação, básica, na especial e no DPCA também. Ressaltou que a maior dificuldade está
780 na atualização dos documentos com as Prefeituras, onde não se tem mediação, assim como



781 coma a Paraná Edificações, dependente dos Municípios. Dessa maneira, a presidente sugeriu aos
782 conselheiros que seja feito um ofício aos municípios para uma reunião com o conselho. O
783 conselheiro Rodrigo expressiu que entende essa situação um pouco diferente, visualizando que a
784 necessidade de cobrar os municípios sem garantia de que vai andar é um problema, logo indicou
785 a necessidade de dialogar com estes para combinar o processo, sabendo quem tem que fazer o
786 que, elaborando um plano de trabalho responsável. A técnica Olivia expressiu que as demandas de
787 obras são executadas pela PREDI, então não há nenhum problema eleitoral, além de voltar a falar
788 que as documentações sim. A técnica ainda informou que o que eles precisam na parte técnica, se
789 tiver algum representante do município que auxiliem junto a prefeitura, pede-se uma declaração
790 simples para eles, mas que não se obtém retorno, a declaração não chega. Dessa forma, a fim de
791 fazer a informação circular, a técnica Olivia informou que vai passar a incluir o CMDCA nesse
792 processo enquanto estiver visitando, e a presidente apontou pra que se incluía o Promotor da
793 comarca. A técnica Olivia informou que tem uns ofícios para enviar para a Prefeitura Imbituba, de
794 São Mateus e Guarapuava, com o prazo até o final do mês, sendo que só tem início de abril para
795 encaminharem essa documentação técnica; nesse sentido, solicitou um ofício circular do
796 Conselho, junto com o MP, que pudesse ser encaminhado junto, informando à prefeitura de o
797 cumprimento é solicitado no prazo encaminhado; caso contrário, ou realmente ela tem alguma
798 penalização ou a perda da obra. A técnica Olivia leu o checklist de documentos a todos,
799 explicando alguns e informou quais documentos são pedidos de atualização. Informou ainda que a
800 confusão com o terreno de Prudentópolis deu-se porque eles cederam um terreno desnivelado e
801 querem que seja construído no desnível, situação da qual o departamento discorda por conta do
802 gasto. A Presidente sugeriu o encaminhamento de um ofício do CEDCA e do MP para todos os
803 municípios solicitando urgência na apresentação dos documentos, conforme prioridade que estão
804 na lista, e um outro ofício para a Paraná Edificações. A técnica concordou com o
805 encaminhamento. A técnica Olivia falou dos 15 primeiros municípios que são, na ordem,
806 Prudentópolis, Campo Largo, Maringá, Fazenda Rio Grande, Campo Mourão, Imbituba, São
807 Matheus, Cornélio Procópio. Ela ainda continuou a fala informando que a técnica da SEJUF,
808 Juliana, esteve na primeira reunião com a Paraná Edificações, em que se assumiu as demandas
809 engenharia da SEDS, apontando que não se inicia do zero. Feitas as apresentações do relatório,
810 já tirados os encaminhamentos, deu-se continuidade à reunião. A técnica Juliana expressou que



811 em 2017, da deliberação 56/2014, e de quanto há e a próxima seria a 96/ 2018, do
812 assessoramento do CIPIA. Da pauta permanente na câmara de capacitação, tem-se relato todo
813 mês, sendo que neste momento está-se planejando capacitações a partir de Maio para fazer com
814 os técnicos municipais e com os apoios dos Municípios para conselho tutelar na perspectiva de
815 que existe muita rotatividade entre titular e suplente, que não adianta capacitar o conselheiro, tem
816 que dar condição do município fazer o suporte para Conselheiro Tutelar de trabalhar. Assim, em
817 2019, pôde-se fazer as capacitações macrorregionais em Santa Terezinha de Itaipu, Cascavel e
818 Curitiba. Esse ano, a partir de Maio, nessa perspectiva, a ideia é visitar as 22 regionais e capacitar
819 os técnicos, como também fortalecer a questão de trabalho do Conselho Tutelar. Acerca da Escola
820 de Conselhos, informou que se teve no final do ano passado a publicação da deliberação 101 de
821 2019, que estabeleceu um pouco mais de 4 milhões e meio pra essa versão da escola de
822 conselhos, que se atualizou no final do ano passado. São 10 encontros de 8 horas, onde já se
823 corrigiu o plano de trabalho de seis universidades estaduais. Informando o Conselheiro de
824 Cascavel, expôs que a Unioeste ainda não encaminhou. Assim sendo, nesse momento, os planos
825 estão na análise do plano de aplicação pela gestão de fundos. A perspectiva é de que, terminando
826 isso, já se poderá andar o termo da movimentação entre as universidades e a SEJUF, podendo
827 executar ainda esse anos os 80 anos da capacitação. A Presidente informou que tem um pedido
828 da Cleide de uma reunião à distância com a Marcela e equipe do financeiro, justamente para
829 aperfeiçoar e tirar as dúvidas do plano, pois parece que houve mudanças na estrutura. Informou-
830 se que a Cleide estaria na reunião, mas Universidades não estão permitindo viagem, então ela
831 acabou não indo, mas lembrou que essa deliberação da escola de conselhos não é de 2018, ela é
832 de 2014. A técnica Juliana concordou e disse que foi reeditada, passando a fazer parte do pacote
833 de 2014, quando foi executada. A técnica Juliana continuou com as ações de fortalecimento da
834 primeira infância, deliberação 96 de 2018. Essa deliberação foi de R\$ 80.000,00 para 62
835 municípios de pequeno porte um, explicitando que muitas vezes se recebeu no conselho a
836 coordenação e solicitação de recursos para o município maior, mas lembrou que é uma opção
837 desse conselho potencializar atendimento de municípios menores e, dentro da perspectiva do que
838 a se falou do fundo a fundo, essa também não está no CIF, exigindo a análise das prestações de
839 contas que estão chegando pelo meio físico. Deliberação 89 de 2019, foi de 14 milhões 570 mil.
840 Forem pagos 125 Municípios e este anos está sendo finalizado os pagamentos para o fechamento



841 do orçamento. As deliberações baseiam-se na resposta que a equipe Regional que tem mandado
842 de alguns retornos do que já tem se conseguido montar, onde está funcionando melhor. Logo se
843 deve ter mais dados de prestação de contas. Adiante, a Presidente Ângela levantou um destaque
844 sobre o foco do plano de ações de uma questão que até agora não havia sido levantada pelo
845 conselho: a questão do Cyberbullying e Comunidades Tradicionais, colocando nos objetivos
846 estratégicos, se seria interessante ampliar essa deliberação pela natureza do público que ela se
847 destina. Foi lançado em Novembro com apenas um mês de adesão, devido ao prazo exíguo.
848 Adiante, Marcela falou sobre os Síntese dos Editais de chamamento público, 2017 teve 3 editais
849 conforme previsto pela lei 13.019, os editais foram os 02/2017- 04/2017-06/2017. Estão abaixo os
850 objetivos de cada um .**Relato da Paula sobre Nossa Gente Paraná** (antigo família paranaense)
851 foi lançado em 2010 e regulamentado pela lei 17.734 de 2013, com o objetivo de atender famílias
852 em vulnerabilidade. Através dos COMITES Municipais, Estaduais e Nacional, são formalizados os
853 órgãos que têm planejamento estratégico para ajudar as famílias pela implantação do projeto.
854 Está sendo executado por 4 modalidades; em 2012 foi feito um estudo no Estado do Paraná que
855 levantou todas as maiores vulnerabilidades das secretarias Estaduais e ranqueou os 156
856 Municípios que na época tinham os dados da Educação da Saúde, Assistência Social, Habitação,
857 Segurança Alimentar. Modalidade Municípios Prioritários: realizam o acompanhamento familiar
858 sistemático das famílias por meio da metodologia do Programa e são selecionados pelo: Valor do
859 IPDM (Índice Ipardes de Desempenho Municipal); Percentual de Extrema Pobreza; Valor do
860 Percentil 75 do Índice de Vulnerabilidade das Famílias do Paraná (IVFPR), em cada município.
861 Aprovados pelas deliberações do CEAS nº 005/2012, 68/2012 e 098/2014. Modalidade Adesão
862 Espontânea: realizam o acompanhamento individualizado e sistemático às famílias com oferta de
863 ações e serviços Intersectoriais, mas, aderiram espontaneamente ao Programa. Modalidade AFAI -
864 Atenção às Famílias dos Adolescentes Internados por medida socioeducativa: realizam o
865 acompanhamento sistemático de famílias que possuem adolescentes internados por medida
866 socioeducativa, durante o período de internação do adolescente e mais um ano após a sua
867 desinternação. Modalidade Transferência Estadual de Renda Direta às Famílias – denominada
868 Renda Nossa Gente realiza a transferência direta de renda com condicionalidades às famílias em
869 situação de vulnerabilidade social. Trata-se de benefício complementar, destinado às famílias que
870 recebem o benefício Bolsa Família, e que possuem renda per capita superior a R\$ 89,00 e inferior



871 a R\$ 99,00. Conselheira perguntou quanto do BID foi aportado pro AFAE até o ano 2019, que ele
872 compõe o programa. Respondeu Paula que o recurso do BID é aplicado nos Municípios
873 prioritários do Programa que são os 156. O município que aderiu a metodologia da AFAI não tem
874 aporte específico do BID, o contrato do programa com o BID é para o acompanhamento específico
875 de Assistência Social e cofinanciamento com a Política Social; vai atender as famílias, mas não
876 tem esse aporte específico para esse atendimento, ele contempla a rede de serviços, mas não
877 tem um repasse financeiro do Município. Tem outro contrato que é do BID que é o Paraná Seguro
878 que entra o AFAE com contra partida do Estado e neste contrato terá um processo formativo
879 previsto, aí sim terá um recurso específico desse contrato para os municípios da AFAI (o AFAI e
880 100% FIA). São dois contratos diferentes. Questionou-se qual a influência do BID no AFAI. Na
881 verdade o AFAI que ajuda o BID, o AFAI que é contra partida para outros programas financiados. A
882 Presidente pediu para que as Atas do CEDCA fiquem a disposição no site. A Conselheira Debora
883 falou sobre a falta de clareza e entendimento dos financiamentos. Paula falou que os principais
884 financiamentos provêm do FEAS e do BID. O recurso tem um contrato com o Banco e se
885 quiserem modificar isso, apenas os técnicos do BID o podem fazer. As Conselheiras falaram que o
886 conselho deve fiscalizar como foi executado esse orçamento. Paula apontou as grandes
887 demandas de serviços a serem feitas, porém ela se encontra sozinha sem ajuda para fazer todos
888 os levantamentos de trabalhos. A coordenação do programa, em relação às informações pela
889 manhã, foram feitas solicitações formais no e-protocolo de direito de resposta as
890 complementações necessárias do entendimento do Conselho do que vem acontecendo e pediu-se
891 metade do prazo que foi utilizado para elaborar a auditoria, porque a auditoria vem acontecendo
892 desde 2019 e foram mais de 6 a 8 meses no mínimo. Foi pedido no e-protocolo a possibilidade de
893 ter o prazo de levantamento das informações e trazer o processo de acompanhamento fidedigno
894 que vem sendo realizado pelos municípios e escritórios regionais e unidade técnica em relação ao
895 cronograma e em relação aos 192 Municípios. O conselho entendeu e se preocupa que será
896 necessário buscar algumas estratégias para cumprir os prazos estabelecidos para que possam
897 somar e dar continuidade aos trabalhos e deliberar os devidos processos. Conselheira falou que o
898 procedimento no Ministério Público continua na tramitação. Diante de esclarecimentos e novas
899 informações e pedido a Paula de como está sendo o acompanhamento aos Comitês e a execução
900 do plano de ação. Iris abordou a questão sobre a falta de recursos Humanos, ela vê que a equipe



901 está sobrecarregada de trabalho e cada vez mais enxuta, ela pede que o Ministério Público tome
902 providências, questionando quem toma conta do cuidador. Paula falou que o conselho pode
903 solicitar as informações; porém não tem mais sua equipe, nesta gestão ela assumiu o trabalho de
904 4 pessoas e está sem as pessoas que a ajudavam nos processos de cofinanciamento FIA. Já foi
905 feito o sexto pedido de PSS para ajudar porém acabam desistindo e isso vai afetar não só o
906 programa de execução AFAI como todos os programas independentes se e de nível Estadual ou
907 Nacional. Pois a execução em si e do Município. Ele recebeu um aporte do Estado e do Governo
908 Federal para executar aquele programa específico ou ação ou projeto dentro da Política de
909 Assistência ou de Garantia de Direitos, no entanto é a mesma pessoa que vai executar tudo lá no
910 município. Para encaminhamento, a conselheira Ângela pediu para retornar ao período da manhã,
911 quando a Dra Daniele levantar esses questionamentos sobre a falta de equipe de trabalho.
912 Marcela deu sequência à reunião exibindo uma tabela de execução, o relatório de ações, do que
913 foi empenhado em 2019. Mostrou que no valor total fora empenhado R\$85.989.088,54, pagou-se
914 R\$41.528.571,40; desses pagamentos, de restos a pagar foram R\$12.977.470,44 e de 2019
915 foram R\$28.551.100,96. A Presidente questionou sobre a ausência do relatório do núcleo de
916 integridade junto a este, tendo em vista que as informações precisam estar em conjunto.
917 Entretanto, como seria um escopo informacional muito extenso, sugeriu-se a aprovação do
918 relatório com o pedido de que haja um link integrado que o conecte com o relatório do AFAI.
919 Entretanto, Paula expressou a necessidade de que os relatórios sejam analisados e
920 encaminhados separadamente, já que alguns dados parecem se confrontar à primeira vista.
921 Diante ainda da resposta do Ministério Público de que os dados AFAI contêm falhas, já que não
922 atingiram o objetivo proposto previamente, requereu-se tempo para elaborar defesa, já que
923 informaram dispor de materiais para elucidar acerca de situações que ficaram definidas como
924 pendentes ou irregulares. A presidente, logo, sugeriu que se insira no texto da deliberação do
925 CEDCA a observação de que o procedimento de reanálise está em curso por meio de inquéritos.
926 Logo, a aprovação fora realizada com ressalvas em relação às ações do AFAI, mas que tal
927 questão continua em tramitação através de autos. A conselheira Débora ainda sugeriu a
928 realização de uma deliberação do CEDCA para que tal questão fique registrada na história e
929 memória do conselho. A conselheira Márcia expressou não estar a vontade para votar apontando
930 o entendimento de que o conteúdo da ressalva deve ser apresentado, já que a situação careça de



931 esclarecimento e expressiu também que deve ser levado em conta o impacto da aprovação. Logo,
932 a proposta de ressalva deveria contemplar de maneira profunda o que o CEDCA está
933 contemplando, manifestou. Dra. Daniele salientou também a posição de juízo de valor diante das
934 aprovações e repasses que o conselho deveria ter. O conselheiro Rodrigo, entretanto, manifestou
935 que o relatório apresentado pela Marcela não é um relatório de prestação de conta das execuções
936 dos municípios, como foi o objeto da auditoria, que contemplava outro nível de detalhe e
937 aprofundamento; mas apresentou-se a execução no nível de responsabilidade do DPCA. Com um
938 encerramento inconclusivo da discussão, a definição dos encaminhamentos postergaram-se para
939 a reunião do dia seguinte, onde a Marcela apresentaria a prestação de contas financeira na
940 íntegra. A conselheira Débora expressou o desconforto em realizar a aprovação, pois apontou que
941 há indícios deixados pela auditoria que se repetirão os mesmos problemas nas demais prestações
942 contas; logo, sugeriu que se peça também a complementação de 2019, ou seja, a verificação,
943 ficando ainda a ressalva. O conselheiro Rodrigo realizou uma proposição diferente, mas no
944 mesmo sentido, no caso, sugeriu que se esperasse a resposta da área técnica, realizando uma
945 resposta do conselho dizendo que há indícios e por isso se realiza ressalvas ao programa
946 especificamente – entretanto, tal questão seria deliberada na próxima reunião do CEDCA. A
947 presidente também apontou suas considerações e proposta: aprovar relatório técnico com
948 ressalva ao relato técnico da execução do programa AFAI indicando que está em andamento o
949 inquérito e a sequência das intervenções do Núcleo de Integridade; dessa maneira, evitando o
950 conselho de omitir-se. Entretanto, a conselheira Paula voltou a reiterar a diferença entre os
951 relatórios do AFAI e do FIA, do qual se tratou na exposição da Marcela. Dessa maneira, mais uma
952 vez reiterou o conhecimento, a preocupação e a caráter de responsabilidade do conselho ao
953 realizar a observância dessa ressalva. A fim de amarrar todas as preocupações, o conselheiro
954 Rodrigo propôs este formato de texto: aprovado com ressalvas quanto ao relato técnico da
955 execução do programa AFAI, considerando o relatório de auditoria, apresentado pelo Ministério
956 Público do Estado do Paraná, em função de evidências constatadas pelo CEDCA durante o ano
957 de 2019, referidos ao mesmo programa. Contudo, a conselheira Paula posicionou-se dizendo que
958 a proposição da ressalva pode não estar tão clara. Assim, na edição do texto final, o conselheiro
959 Rodrigo propôs que se esclareça que a proposição faz parte do relatório 2017-2018, apresentado
960 em recomendação administrativa 01/2020, programa Família Paranaense, modalidade AFAI, pelo



961 Ministério Público, bem como relatório de avaliação pelo Núcleo de Integridade e Justiça
962 Compliance, além de exprimir que se está considerando inquietações deste conselho quanto ao
963 relatório de 2019. Por fim, encerrando a reunião, expôs que a política que envolve a Criança e o
964 Adolescente em relação à pandemia do covid-19 envolvia apenas ao âmbito da educação. Logo,
965 solicitou-se ao CEDCA que tal discussão constasse na pauta da reunião do dia seguinte, após a
966 exposição financeira da técnica Marcela. Com isso, encerradas as referidas discussões, análises
967 e encaminhamentos, a reunião encerrou-se. A presente ata foi redigida pela equipe do DEDI/NAC,
968 e após a aprovação será publicada no DIOE e inserida no site do CEDCA/PR.